

Desde que omido tratar-se de assunto
versado na Escola Superior de Guerra ou
por ela encampado, o contido neste docu-
mento perde a classificação "Reservado"

IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA
DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

RESERVADO

C-85-59

336

601

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA
GUERRA REVOLUCIONÁRIA

AUGUSTO FRAGOSO
CORONEL

1959

- Chefe de Comissão de Construção de Estradas de Ferro e de Rodagem
- Adjunto da Divisão de Assuntos Econômicos na ESG
- Atualmente, Chefe da Divisão de Assuntos Militares na ESG

CONDECORAÇÕES:

- Medalha de Campanha da FEB
- Ordem do Mérito Militar (Oficial)
- Medalha de 30 anos de serviços militares
- Medalha de Guerra
- Medalha Marechal Hermes - Aplicação e Estudo (2 coroas)
- Medalha do Pacificador
- Medalha da Junta Interamericana de Defesa
- Medalha "Bronze Star" dos EUA
- Mérito Militar de Portugal
- Ordem do Mérito de Ayacucho, do Peru (Oficial)

TRABALHOS:

- Artigos sobre assuntos militares na "Defesa Nacional" e no "Mensário de Cultura Militar"
- Artigos sobre assuntos históricos e bibliográficos em jornais e revistas do Rio

D149
ARQUIVO ANA LAGÔA

RECEBUEU NAS FONTES
- N. H. A.
INFLUÊNCIA ARGENTINA

SUMÁRIO

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - A BIBLIOGRAFIA COMPULSADA
- 3 - ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA
- 4 - ALGUNS CASOS CONCRETOS DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA
 - 4.1 - A guerra do Viet-Minh (Indochina) (1945-1954)
 - 4.2 - A guerra revolucionária na Grécia (1946-1949)
 - 4.3 - A guerra revolucionária no Irã (1945-1946 e 1953)
 - 4.4 - A guerra revolucionária na Tunísia (1934-1954)
- 5 - MÉTODO DE RACIOCÍNIO NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA
- 6 - A AÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA
- 7 - CONCLUSÕES

ANEXO 1 - Bibliografia básica compulsada.

Ministério da Guerra
Departamento de Estudos
de 1.º B.º
RESERVADO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA

GUERRA REVOLUCIONÁRIA

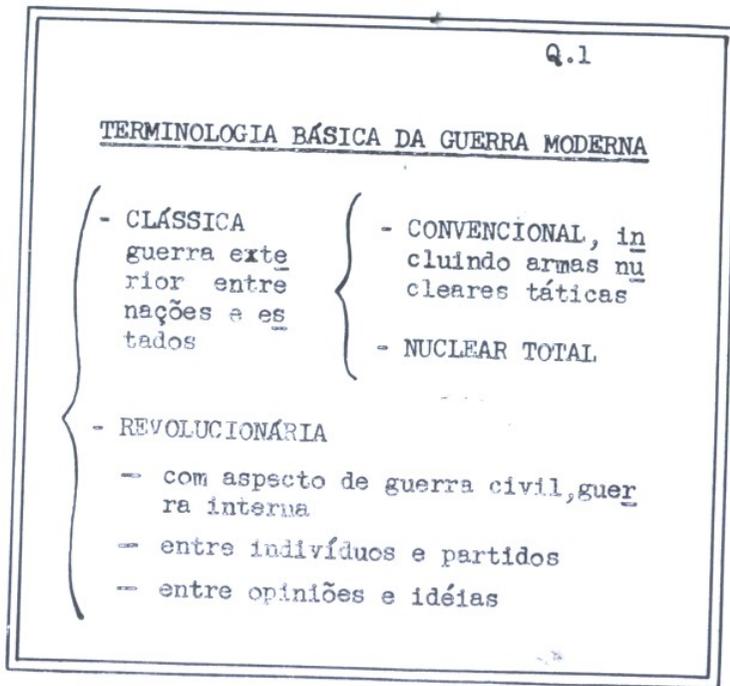
1 - INTRODUÇÃO

Encerrando hoje o ciclo de palestras sobre assuntos militares do 2º Período do Ano Escolar, quis o Departamento de Estudos que vos fôsse apresentado o problema da chamada Guerra Revolucionária.

Como se vai verificar, o problema extravasa de muito o campo puramente militar. É também extremamente complexo, e seu estudo só agora começa a ser feito entre nós. Por tudo isso vamos apenas apresentar como que uma Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária.

Este trabalho já foi apresentado, numa primeira versão, ao CEMCFA, em junho passado. Na apresentação de hoje, embora mantenhamos o Sumário então seguido, vamos introduzir algumas modificações no texto, decorrentes de leituras, estudos e reflexões complementares, bem como de debates com alguns estudiosos, dentre os quais devo logo citar o nosso Ministro Ouro Preto e o Secretário Roberto Assunção, a quem a Divisão de Assuntos Militares deve uma esplêndida coleção de livros sobre a matéria, inteligentemente escolhidos.

Quadro 1 - simples talvez demais, mas suficiente aos nossos desígnios de agora - há de ajudar ao conferencista, mais do que aos ouvintes.



Enfrentemos agora o Sumário.

A Divisão de Assuntos Militares está perfeitamente capacitada da responsabilidade que assume, trazendo à vossa meditação - de modo sumaríssimo embora - um tema de excepcional importância na hora contemporânea: a Guerra Revolucionária.

Conforme prevê o Quadro de Trabalho, o assunto, confiado a meia jornada apenas, será estudado em duas partes, uma complementando a outra.

A seguir, o Cel Humberto de Souza Melo, fará uma exposição sôbre a situação atual do comunismo no Brasil.

Como já acentuamos, o tema, nas suas características atuais, está ainda muito pouco estudado. Os próprios analistas franceses, que tanto vêm se preocupando com a matéria, ainda se confessam um tanto indolentes na fixação de seus aspectos fundamentais. Vão se apoderando da questão, como confessam ainda nos dias recentes trabalhos, por aproximações sucessivas, cautelosos, medidos, precavidos, sugerindo debates, propondo trocas de pontos de vista, deixando interrogações.

De tal forma, não temos a pretensão de apresentar-vos hoje alguma coisa muito válida sôbre a matéria. Visamos apenas lançar aos vossos espíritos idéias gerais básicas que permitam o estudo da relevante questão.

Como fecho desta introdução, digamos, singela e sucintamente, o que se entende, hoje em dia, por guerra revolucionária.

Uma conceituação teórica - mais ou menos oficial na França - é a seguinte:

"É a guerra conduzida do interior de um território controlado por uma autoridade de direito ou de fato, considerada como inimigo por uma parte dos habitantes dêste território, ajudados e reforçados (ou não) do exterior, com o objetivo de tomar àquela autoridade o contrôlo do território ou, pelo menos, de paralisar sua ação."

Outra conceituação mais completa pode ser expressa nos termos a seguir:

"É a guerra que conduzida...

terror, pela propaganda ou por ações de guerrilha, em torno de uma Idéia-Fôrça, visando derrubar o governo e apossar-se do Poder."

Não analisemos agora estas conceituações, simples, um tanto incompletas, mas capazes de aclarar um pouco as picadas que vamos trilhar. No momento oportuno, quando chegarmos ao item 3 do Sumário, então discutiremos as variantes da conceituação, e procuraremos explicitar melhor as características básicas da GR.

Por ora bastam as idéias fundamentais contidas em tão breve conceituação:

- as contradições, os antagonismos, as fraquezas, as frinchas do meio social;
- a minoria atuante;
- a idéia-fôrça (uma ideologia bem adaptada às massas a conquistar);
- a ajuda do exterior (via de regra);
- a mobilização dos espíritos (pela persuasão ou pelo terror);
- a propaganda, a guerrilha, o terrorismo;
- o domínio, afinal da população.

2 - A BIBLIOGRAFIA COMPULSADA - (Ver Anexo 1)

Certamente há de causar estranheza abrirmos o sumário desta palestra com o item Bibliografia, que, de hábito, é justamente o derradeiro capítulo, em trabalhos de tal gênero. A desobediência aos preceitos metodológicos foi, porém, no caso, propositada. Tivemos em mira, abordando matéria até agora ainda não ventilada entre nós. de um lado, dar logo uma idéia ampla e global de

de títulos e sumários de estudos - e só dela! -, algumas primeiras conclusões que provavelmente servirão para melhor caracterizar a fisionomia geral do tema e, dentro do tema, de algumas de suas particularidades. Ensaieemos este exercício.

O exame da lista bibliográfica (ver Anexo) nos diz logo o seguinte:

1º) - A bibliografia francesa sobre a GR é, por de-se dizer, a única existente. A bibliografia de origem norte-americana não deu até agora ao assunto a importância merecida: nos quatorze últimos números consultados da Military Review (de janeiro de 1958 a fevereiro de 1959) não há nenhum estudo, artigo ou tópico que fale, no título, de Guerra Revolucionária, Guerra Insurrecional ou Guerra Subversiva.

2º) - Enquanto a Escola Superior de Guerra de França prefere usar a denominação de Guerra Insurrecional, conforme a documentação que tivemos em mão, a dos anos de 55-56, a grande maioria dos autores franceses emprega a de Guerra Revolucionária, seguindo, aliás, a "Revue Militaire d'Information", que é, como sabeis, uma publicação oficial do Ministério das Forças Armadas de França (1).

Esta questão de terminologia adequada, sabemos todos, não é de se desprezar. Um dos mais assíduos autores franceses, no estudo da Guerra Revolucionária - J. Hogard -, vem se empenhando em distinguir bem a Guerra Revolucionária da Guerra Insurrecional ou Subversiva:

(1) - No Brasil, o Estado-Maior da Armada vem adotando a denominação de Guerra Revolucionária, que, também, preferimos. Depois de proferida esta Conferência, foi publicado, no "Noticiário do Exército", de 2/9/59, o ato do Chefe do Estado-Maior do Exército, que nomeia uma Comissão para estudar a programação e a coordenação da ins-

"A GR é diferente da Guerra Subversiva ou Insurrecional, afirma êle.

A+e

"A GR é a guerra da Revolução para a conquista do mundo.

"A GR tem uma doutrina: a marxista-leninista. A guerra subversiva tem processos empíricos".

3º) - No estudo da GR, o papel desempenhado por Mao-Tsé-Toung, na Guerra da China, é por todos reconhecido. O Coronel Bonnet, no seu livro já quase clássico, "Les Guerres Insurrectionnelles et Revolutionnaires", dedica toda uma parte a Mao, estudando-o como homem, como chefe, como estrategista. Também um dos capítulos do livro recente de Delmas é também inteiramente consagrado a Mao, que é, aí, chamado de filósofo.

Diz Delmas: "Mao-Tsé-Toung tem sido, repetidas vezes, apresentado como o grande teórico da Guerra Revolucionária. Na realidade, Mao-Tsé-Toung nada inventou. Êle simplesmente refletia sobre a luta que lhe tocava conduzir e, dia a dia, ia registrando suas reflexões, menos com o fim de codificar a guerra revolucionária, do que para evitar a reincidência em certos erros militares ou políticos, e para fundamentar suas ordens no conhecimento cada vez mais aprofundado das condições materiais e psicológicas do combate."

4º) - As guerras da China (31-49), da Espanha (31-39) e da Coreia (50-53), as revoluções da Iugoslávia (41-46) e da Grécia (45-49), as guerras da Indochina (45-54) e do Iran (45-46-53), as revoluções na Tunísia (34-54), na Hungria e na Argélia são consideradas, por diferentes autores, como casos de guerras revolucionárias, ou pelo menos, de aplicação dos princípios e da técnica da guerra revolucionária.

as Guerras Insurrecionais pré-comunistas, desde a antiguidade greco-romana.

6º) - A importância do estudo da GR não tem passado despercebida às nossas Forças Armadas:

- O EM da Armada fez imprimir, em 1958, para distribuição interna, uma publicação com a tradução de alguns estudos franceses sobre a GR. Na Introdução que abria o volume, datada de 15 de junho de 1958, o período final era este:

"A divulgação de tais estudos, que ora se faz, tem como propósito despertar a atenção de todos os oficiais para a seriedade, dificuldade e magnitude do problema. - Comunismo".

- Da mesma forma, no Seminário de Guerra Moderna, promovido pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em fins de 1958, onze dos doze Grupos de Estudos que foram constituídos concluíram pela inclusão, no currículo escolar, dos assuntos relativos à Guerra Revolucionária, - ali dita sempre Guerra Insurrecional.

1958

3 - ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Em todos os estudos consagrados à GR, que até agora examinamos, nenhuma outra observação dá, a nosso juízo, melhor e mais precisa idéia da posição de tal Guerra, no mundo conturbado de nossos dias, do que esta afirmativa do Ministro da Defesa Nacional de França, Bourgès-Manoury, que serviu de epígrafe a um dos trabalhos sobre a matéria, de J. Hogard: (2)

"Quais são os dois fatos essenciais que devem dominar tôdas as formas do conflito de amanhã? É, antes de tudo - responde o Ministro -, o fato ideológico traduzido pelo que se convenção chamar de guerra subversiva (guerra revolucionária, preferimos nós). É é, depois, o fato nuclear".

Na mesma ordem de idéias convém também dar relevo a uma sábia reflexão do General Combaux, em artigo sobre a Guerra Futura: (3)

"A extensão do arsenal moderno, a um tempo, para o infinitamente grande - as bombas termo-nucleares - e para o infinitamente pequeno - as ações de guerrilha (na GR) -, conduz os políticos mais céticos a reintroduzir na guerra o senso da medida, e faz com que a humanidade redescubra esta verdade esquecida: a existência de certas barreiras inexoráveis que a força não pode transpor".

Na verdade, os dois polos que monopolizam hoje a atenção dos teóricos militares são as chamadas guerra nuclear e guerra revolucionária. Quase todos os analistas das questões militares têm concluído que, ao passo que diminuem as probabilidades de uma guerra nuclear total - em consequência do chamado equilíbrio do terror, ou do mêdo, decorrente da paridade de fabricação de armas nucleares alcançada pelos dois grandes antagonistas -, ao mesmo tempo, dia a dia, as perspectivas da guerra revolucionária, momentaneamente nos países ainda pouco desenvolvidos, ou em fase de ativo desenvolvimento, onde as contradições internas - verdadeiros fatores de desequilíbrio econômico-social e fontes de rebeliões - florescem em permanência.

Em repetidos pronunciamentos, o Marechal Montgomery esposou também este ponto de vista: "Dia a dia - dizia êle já em 1957 - serão muito mais prováveis as guerras localizadas e as atividades da guerra fria, do que uma guerra nuclear global. Em qualquer caso, a defesa da frente interna deve ser o elemento vital para o chefe da guerra moderna".

Um ensaísta militar de bom renome - o Comandante Hogard -, ao estudar o que chama a "guerra de nosso tempo" (4), chega a conclusões dignas de exame e meditação. Procuraremos resumir-las, reduzindo-as à sua essência, desidratando-as:

1 - O inimigo a considerar no nosso tempo é o comunismo, esta organização subversiva internacional.

2 - O comunismo tem por fim político confessado não apenas a conquista material do mundo, mas também a submissão dos espíritos à sua intolerante ideologia de pretensão universal.

3 - A guerra de nosso tempo é, pois, de natureza revolucionária.

4 - A noção de "guerra puramente militar" - "hora do soldado" - é hoje um contra-senso; fazer a guerra, hoje, consiste em dosar e combinar as forças militares, ideológicas e econômicas, para alcançar os objetivos fixados pela política, - e aí está a estratégia e, por vêzes, a tática.

5 - A guerra não é mais a continuação da política; a guerra agora acompanha a política e serve de apoio a esta. Sem a política, a guerra tornar-se-ia absurda, porque o fim último da guerra não é nunca destruir, mas persuadir.

(4) - Na P. D. N. de agosto de 1958, o resumo da tática

6 - Há um certo equívoco em usar-se a expressão guerra nuclear: caracterizando-se uma forma de conflito hipotético - cada vez menos provável - por uma das armas que aí seriam empregadas, volta-se implicitamente à noção caduca de guerra "militar".

7 - A chamada "guerra nuclear" - ou, melhor dita, a "batalha nuclear" - pode ser admitida como uma fase extremamente violenta e muito curta (algumas horas ou alguns dias) da guerra de nosso tempo: a guerra revolucionária.

Passemos a outras considerações. Pode-se observar que a organização comunista pratica a guerra revolucionária com o objetivo de enquadrar na sua órbita o maior número de países, não pela conquista puramente militar, mas pela tomada do poder político, pelas minorias atuantes em cada qual, em regra ativamente apoiadas de exterior pelo bloco comunista.

A tomada do poder por meio da guerra revolucionária compreende um conjunto de técnicas muito precisas, calcadas num princípio básico: o de que toda a ação de guerra deve desenvolver-se num terreno, num meio, preliminarmente preparado pela subversão. Em todos os estádios da guerra revolucionária encontra-se a ação psicológica que, em teoria - na estrita teoria marxista -, deve explorar as contradições do adversário: contradições de classes e contradições internacionais. Na prática, porém, a ação psicológica revolucionária explora todas as formas de descontentamento e de revolta, as crises políticas como as crises financeiras, a dissolução econômica e a desintegração dos impérios coloniais.

Uma sociedade, uma civilização não tomam consciência da guerra revolucionária senão no momento em que já se encontram profundamente contaminadas.

A subversão realiza uma guerra política, ao mesmo tempo possível, destruindo a fibra moral do adversário.

- a obrigação de não recorrer à agressão aberta que possa provocar uma resposta americana, como foi o caso da guerra da Coreia, em 1949;
- o cuidado de não atingir um grau de virulência tal que dê lugar a um reflexo de defesa que leve à unificação de vastas zonas do mundo, já que um dos objetivos das guerras revolucionárias é o de dividir as civilizações ocidentais.

A América Latina, provavelmente em futuro próximo, será teatro de guerras revolucionárias. Um ensaísta francês - Charles Montirian -, em livro de 1958, "La Paix Revolutionnaire - Riposte a la Subversion", ao analisar a evolução que tem seguido as guerras revolucionárias nos seus pontos de impacto, divide-a em 4 períodos:

- 1º Período (1945 a 1949), nas fronteiras ocidentais do mundo comunista;
- 2º Período (1948 a 1954), no Extremo-Oriente, sempre nas fronteiras do mundo comunista;
- 3º Período (a partir de 1954 e que ainda perdura), na Ásia e na África, longe, pela primeira vez, das fronteiras diretas do mundo comunista;
- 4º Período (a ser aberto em caso de sucesso das guerras na Ásia e na África) abrangendo provavelmente a América Latina e os arquipélagos do Pacífico.

Pierre Debray, autor recente de um livro sobre

com o conflito na Indochina, escreve:

"Nossos adversários - os comunistas - estão firmemente decididos a conquistar pela guerra revolucionária todos os objetivos que ofereçam uma possibilidade de dissolução, e eles são numerosos: Indonésia, Malásia, Sião, Índia, Síria, Egito, África do Norte, África Negra, América do Sul, América Central etc. Eles não recorrem à guerra clássica - convencional ou nuclear - senão em último caso. Estejamos certos de que uma Guerra Mundial - e Moscou não procura um conflito global, pois sabe que os conflitos limitados e sucessivos lhe são muito mais rendosos - terá a forma de uma imensa guerra revolucionária, que não poupará nenhuma região. Os meios nucleares poderão ser empregados, mas o serão em complemento dos meios revolucionários".

c17.
Tendo naturalmente em conta estas reflexões, que a lógica e a isenção plenamente autorizam, o General Combaux (5), recomendando muita cautela em relação ao "pensamento americano sempre pronto a me-ca-ni-zar a guerra", pondera: "No nosso continente urge um sistema militar e equilibrado e flexível, próprio a intervir, indiferentemente, nas operações atômicas táticas, nas batalhas que utilizem apenas os armamentos convencionais, ou nos combates de uma guerra revolucionária!"

*
Das considerações acima, fui - repitamos - a observação incontestada de que, hoje, o estudo da guerra revolucionária deve merecer - mormente em países ainda em desenvolvimento como o nosso - importância paralela, quando não maior, ao da guerra nuclear. É sob a forma de GR - afirma o Cel Lacheroy (6) - que o destino do mundo se decide na hora atual, e vai se decidir nos próximos 20 anos!

(5) - Ver RMI - junho de 1957 - pág. 97.

Para precisar ainda mais nitidamente a feição da GR, fixemos agora algumas observações externadas por um analista da matéria, já que nem sempre são perfeitamente coincidentes as conceituações dos autores que tivemos à mão. Sigamos o Coronel Bonnet no seu livro As Guerras Insurrecionais e Revolucionárias. São dele os seguintes conceitos bem precisos, sujeitos embora a debates e contraditas, como sempre ocorre nas questões de semântica e de terminologia, e aos quais, obviamente, não nos obrigamos in totum:

1) - As guerras insurrecionais abrangem duas grandes famílias: as guerras civis e as guerras de libertação:

- as guerras civis visam à autoridade estabelecida, - é o motim, a rebelião, a revolta ou insurreição, o pronunciamento, a revolução;
- as guerras de libertação dirigem-se contra um invasor ou contra um poder estrangeiro estabelecido, e implicam numa revolta mais ou menos generalizada de toda a população.

2) - As guerras insurrecionais podem, algumas vezes, degenerar em guerras de partisans, ontem chamadas guerrilhas, e hoje guerras de superfície.

3) - A guerra de partisans, na terminologia militar atual - é ainda o Cel Bonnet quem diz -, evoca a idéia de bandos organizados ou semi-organizados, montando incessantes operações por surpresa, nas retaguardas do inimigo: golpes de mão, atentados, emboscadas, exploração da sujeição absoluta dos exércitos às linhas de comunicações. Inicialmente esporádica e confusa na fase inicial, a GP se organiza a seguir, aumenta seus efetivos e os alça por vezes ao nível das forças regulares.

4) - A guerra revolucionária pode ser expres-

Já agora devemos examinar algumas conceituações mais completas sobre a guerra revolucionária contemporânea. Em 1955-1956, a ESG de Paris a conceituava assim, li-
teralmente:

"Forma de guerra total, apoiando-se em massas populares, mas conduzida e inspirada por uma minoria atuante que, utilizando, aproveitando, explorando as fraquezas de um sistema ou de um regime político-econômico a derrubar, e geralmente encorajada ou sustentada do exterior, mobiliza os espíritos, pela persuasão ou pela força, em torno de uma idéia tendo força de Fé, e ataca - num quadro espaço-meio bem definido - a uma autoridade de direito ou de fato considerada ou designada como um obstáculo mor à vitória da Idéia".

Há quem a defina mais simplesmente, nestes termos:

"- luta armada, no interior de um sistema social, de uma massa adestrada progressivamente por uma minoria que dá àquela as razões de agir contra o regime que ela (a minoria) visa derrubar;

completando tal conceituação pela advertência seguinte:

- A luta armada é o estágio final do processo da GR, que repousa antes de tudo no monopólio da opinião".

Outra conceituação, mais simples, é a seguinte:

"É a guerra que tem por fim a tomada do poder

Ver Quadros 2 e 3, que se resumem o essencial do que foi dito até agora.

Q. 2

GUERRA REVOLUCIONÁRIA (GR)

GR = Guerra Psicológica (?)

GR = Guerra Insurrecional (?)

GR = Guerra Psicológica + Guerrilha
(Cel Bonnet)

GR = Guerra Psicológica + Guerra Irregular + Guerra Clássica

GR = Guerra única do nosso tempo (Só-
mente no seu quadro devem ser encaradas as operações militares clássicas).
(Cmt Hogard)

GR + GUERRA NUCLEAR = GUERRA TOTAL (?)

Já agora devemos examinar algumas conceituações mais completas sobre a guerra revolucionária contemporânea. Em 1955-1956, a ESG de Paris a conceituava assim, literalmente:

"Forma de guerra total, apoiando-se em massas populares, mas conduzida e inspirada por uma minoria atuante que, utilizando, aproveitando, explorando as fraquezas de um sistema ou de um regime político-econômico a derrubar, e geralmente encorajada ou sustentada do exterior, mobiliza os espíritos, pela persuasão ou pela força, em torno de uma idéia tendo força de Fé, e ataca - num quadro espaço-meio bem definido - a uma autoridade de direito ou de fato considerada ou designada como um obstáculo mor à vitória da Idéia".

Há quem a defina mais simplesmente, nestes termos:

"- luta armada, no interior de um sistema social, de uma massa adestrada progressivamente por uma minoria que dá àquela as razões de agir contra o regime que ela (a minoria) visa derrubar;

completando tal conceituação pela advertência seguinte:

- A luta armada é o estágio final do processo da GR, que repousa antes de tudo no monopólio da opinião".

Outra conceituação, mais simples, é a seguinte:

"É a guerra que tem por fim a tomada do poder, graças a uma participação ativa

Ver Quadros 2 e 3, que se resumem o essencial do que foi dito até agora.

Q. 2

GUERRA REVOLUCIONÁRIA (GR)

GR = Guerra Psicológica (?)

GR = Guerra Insurrecional (?)

GR = Guerra Psicológica + Guerrilha
(Cel Bonnet)

GR = Guerra Psicológica + Guerra Irregular + Guerra Clássica

GR = Guerra única do nosso tempo (Somente no seu quadro devem ser encaradas as operações militares clássicas).
(Cmt Hogard)

GR + GUERRA NUCLEAR = GUERRA TOTAL (?)

Q. 3

GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Objetivo:

- O domínio da população para a tomada do Poder e instauração de um governo comunista.

Condições:

- As contradições internas do meio a atacar;
- Uma ideologia adaptada às massas a conquistar;
- Uma minoria atuante.

Características:

- A ajuda eventual do exterior;
- A mobilização dos espíritos (pela persuasão e pelo terror);
- A guerrilha;
- Recurso à guerra clássica, se necessário.

OS PROCESSOS DA GR

Vejam os processos da guerra revolucionária:

A Guerra Revolucionária visa a dois objetivos simultâneos:

- o primeiro, a dissolução física e moral do corpo social, mediante uma ação no seu interior e outra vinda do exterior, direta ou indireta, mais ou menos ponderável, mais ou menos ostensiva;
- o segundo, a construção, em uma ou várias etapas, da sociedade revolucionária totalitária no próprio seio da sociedade vigente, e às suas custas.

Daí as duas espécies das técnicas empregadas na GR:

- umas destrutivas, atacando a ordem estabelecida e seus defensores;
- outras construtivas, criando o espírito de luta, os meios de combate e as novas formas do Estado e da Sociedade.

Enumeremos apenas tais técnicas:

1) - Destrutivas:

- Deslocação visando ao desmembramento do corpo social existente: a resistência passiva - as greves, os motins, o terrorismo seletivo eliminando as pessoas-chaves.

- Intimidação visando à condução da massa:

- Desmoralização visando a perverter ou corromper os meios político-militares através de diversos: negação dos êxitos, ampliação dos erros, ceticismo sobre a eficácia da justiça, dúvida sobre a boa fé dos dirigentes (A desmoralização é completada pela intoxicação dos neutros).
- Eliminação - batalhas de aniquilamento, liquidações físicas, deportações, execuções em massa.

2) - Construtivas:

- Seleção e formação básica dos elementos ativos necessários: os chamados ativistas de todas as espécies: líderes, oradores, propagandistas, especialistas, dos voluntários e dos quadros;
- a semeadura, utilizando os ativistas e os quadros assim formados, primeiro para nuclear, depois para controlar os diferentes meios humanos e grupos organizados;
- a impregnação psicológica, - estímulos, slogans, repetição incessante de afirmações, utilização de todos os meios de difusão, polarização de informação;
- enquadramento da massa para a luta através do sistema dito das hierarquias paralelas: associações: (sindicatos, órgãos estudantis, clubes etc.), Comitês, órgãos do partido;
- edificação, - estabelecimento sucessivo

- multiplicação de bases análogas;
- organização das chamadas "zonas libertadas".

OS ATÔRES DA GR

Os dois grandes atôres da guerra revolucionária são uma minoría atuante e a população:

a) - da minoría atuante (convertida à Idéia e animada por alguns chefes "inspirados" e notáveis organizadores) saem:

- os agitadores e os propagandistas (que "colocam o problema", desencadeiam e prosseguem o movimento);
- os quadros (que conduzem a ação própria mente dita e que são necessariamente os técnicos "militares");
- os bandos (constituídos de desertores militares, de agentes especializados na guerra ideológica e de marginais de todas as origens), aos quais virão aderir os combatentes da "libertação";

b) - a população, em todo ou em parte, progressivamente tornada favorável pela "ambiência evolutiva", ou aterrorizada pela minoría ativa, assegura à revolução suas forças vivas, sua justificação e os meios que lhe são necessários.

vas se desenrolam:

1ª) - Constituição de núcleos ativos, inicialmente secretos - de agitação, de propaganda e de informação -, difundindo a Idéia, envenenando as contradições e se opondo às medidas imprudentes do Poder.

2ª) - Instituição de organizações locais (urbanas, rurais), formando uma rede de vigilância e de resistência passiva, servindo de relais, com o objetivo de raptar os refratários, isolar e intimidar os adversários e arruinar as associações e os meios da Sociedade a desarticular. O desenvolvimento desta infra-estrutura pode ir de par com a criação de um clima "favorável" à expansão da Idéia (manifestações, greves, sabotagens, motins), caso o próprio Poder ameaçado não ofereça por sua passividade ou sua inépcia, as ocasiões procuradas.

3ª) - Constituição dos bandos: núcleos de choque permanentes, ou milícias locais prontas a se reunirem para um golpe de mão e a se dispersarem logo. É o momento escolhido pelos "rebeldes" para passarem à ação: sabotagens mais numerosas, atentados para eliminar os quadros locais adversos, terrorismo, propaganda sempre mais violenta e mais intensa, recrutamento dos primeiros "combatentes" formados militarmente e, sobretudo, "convertidos". A guerrilha aparece.

4ª) - Tomando corpo, a rebelião se esforça em instalar uma rede de bases seguras em todo o país, apertando metódicamente suas malhas. Propagandistas armados, presentes em toda a parte, dosam judiciosamente terror e persuasão para conquistar os espíritos, para aprofundar o fosso entre o Governo (Poder) e as populações, para comprometer estas últimas. Os esforços são concentrados sobre zonas cuidadosamente escolhidas, que se procuram libertar para aí instalar um governo revolucionário. Células, organizações locais, bandos proliferam; unidades regionais, bem comandadas e armadas, suscetíveis de manter campanha, são criadas e se multiplicam intensifican

stituição de núcleos ativos, inicial-
e agitação, de propaganda e de infor-
o e Idéias, envenenando as contradições
idas imprudentes do Poder.

stituição de organizações locais (urba-
ndo uma rede de vigilância e de resis-
vindo de relais, com o objetivo de
os, isolar e intimidar os adversários,
ações e os meios da Sociedade a de-
volvimento desta infra-estrutura po-
criação de um clima "favorável" à ex-
nifestações, greves, sabotagens, mo-
io Poder ameaçado não ofereça por sua
inércia, as ocasiões procuradas.

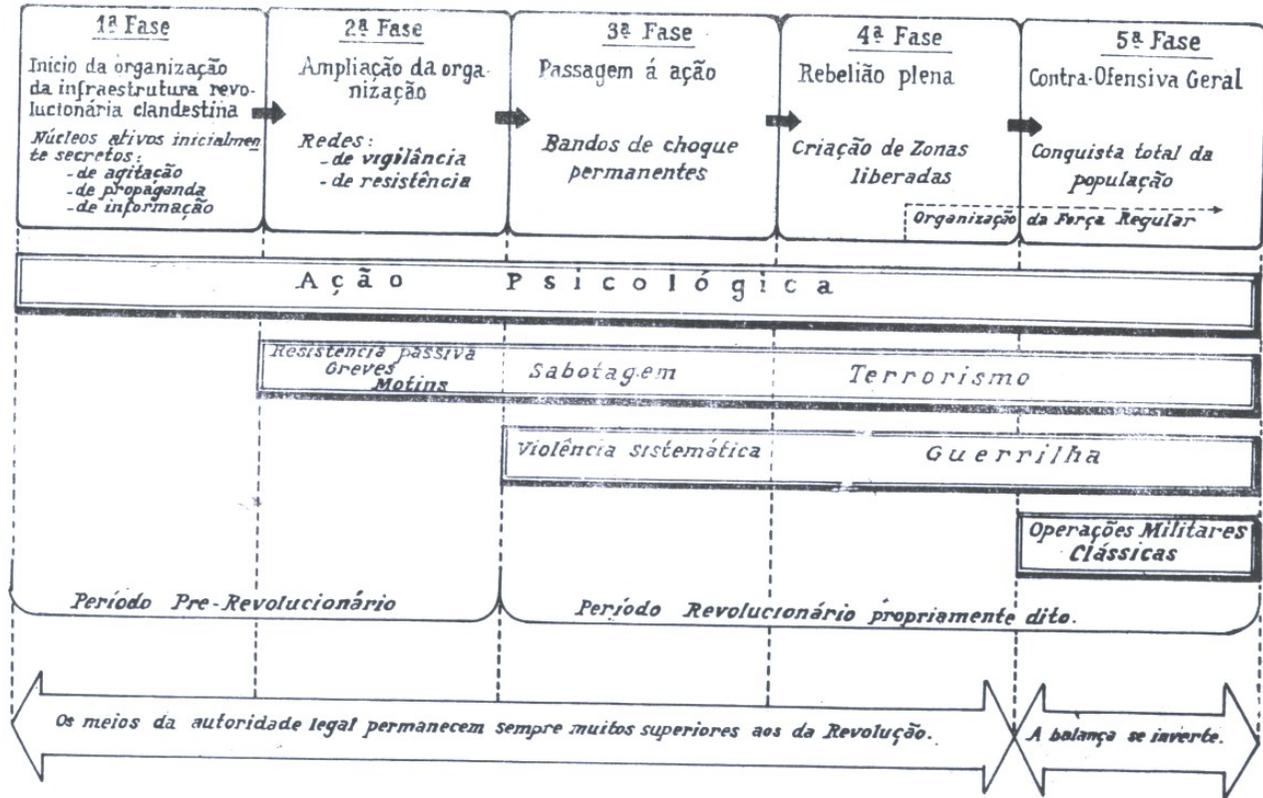
stituição dos bandos: núcleos de cho-
milícias locais prontas a se reuni-
e mão e a se dispersarem logo. É o
alos "rebeldes" para passarem à ação:
erosas, atentados para eliminar os
rsos, terrorismo, propaganda sempre
s intensa, recrutamento dos primei-
armados militarmente e, sobretudo, "ca-
ilha aparece.

ndo corpo, a rebelião se esforça em
bases seguras em todo o país, aper-
suas malhas. Propagandistas armados,
parte, dosam judiciosamente terror e
istar os espíritos, para aprofundar
rno (Poder) e as populações, para com-
as. Os esforços são concentrados sô-
ente escolhidas, que se procuram li-
lar um governo revolucionário. Cé-
loais, bandos proliferam; unidades
dadas e armadas, suscetíveis de man-
iadas e se multiplicam, intensifican-
fim da fase aparecem as primeiras uni-
Regular: e chamada Força Principal.
o Partido) coordena todas estas a-

C. 85. 59

As Fases da Guerra Revolucionária

Quadro n. 4



ESG. Nov 59

(Coronel Fragoso)

5ª) - Então a luta pode entrar na sua última fase, período ativo de guerra revolucionária, combinando estreitamente operações de tipo clássico e ações de guerrilha; a ação psicológica continuando a atacar o moral adverso já quebrantado (abalado). O fim não está mais longe: a revolução triunfa quando se ultima a conquista de toda a população, e quando a "contra-ofensiva geral" esmaga as forças do Poder estabelecido ou o força à capitulação.

Pode-se discutir o processo rígido assim traçado: entretanto, a técnica utilizada não varia, embora a progressividade se apresente muitas vezes sob variantes e se distingam 5, 3 ou 2 fases sucessivas.

Importa apenas distinguir essencialmente:

um período pré-revolucionário, no qual o adversário está apenas a preparar a agressão - caracterizada, ao mesmo tempo, por uma intensa ação psicológica -, buscando difundir a idéia, criar um clima favorável, e pela...

- montagem de uma organização e de uma infra-estrutura de ação, período que utiliza, sobretudo, a agitação social sob todas as suas formas legais;

do período da revolução ... o da agressão propriamente dita, onde a violência entra em jogo: da insurreição por surpresa à guerrilha potente com bases sólidas e o terrorismo até as formas últimas - por vezes duráveis - de operações revolucionárias extensas, operações militares clássicas, em relação ou não com uma guerra exterior.

no tempo como no espaço, e progride pouco a pouco para seus objetivos -, é o período que é qualificado de normal ou, ainda, de guerra fria;

- outro, ostensivo, de graves perturbações da ordem, que conduzem enfim a um verdadeiro estado de guerra, de fato ou de direito, - desencadeado quando a capacidade de resistência da Nação vitimada está suficientemente dissolvida.

Nunca será demais insistir em que o primeiro período é o mais perigoso do processo, porque é o mais difícil de combater.

No período de graves perturbações, em ligação ou não com a ajuda exterior, que ameacem a segurança do Estado, entra em funcionamento, parcial ou total, o sistema de defesa interior do território, acompanhado ou não da decretação de qualquer estado jurídico de exceção.

No período normal, a legislação vigorante, em regra, não está adaptada à luta contra as ações subversivas: os meios disponíveis são essencialmente referentes às responsabilidades da polícia e à repressão penal. Em bora se distingam, nas responsabilidades da polícia, as de polícia administrativa (preservação da ordem pública) e as de polícia judiciária (procura e prisão dos delinquentes), e, embora as Forças Armadas devam participar como elementos de execução, na polícia administrativa, esta participação é excepcional, limitada geralmente à manutenção da ordem e subordinada, em princípio, à estrita formalidade da prévia requisição.

Nos limites da legislação corrente as autoridades responsáveis da polícia e os executantes não dispõem, em face do Direito, senão de um campo de iniciativa muito limitada quanto à escolha das técnicas e dos meios legais a aplicar, enquanto os revolucionários considerem válidos todos os meios imagináveis de luta.

Além do mais, até mesmo as novas Convenções de Genebra, de 1949, estendem a proteção da instituição aos participantes dos conflitos armados que surjam, sem caráter internacional, no interior do território de uma das ditas Altas Partes Contratantes, proteção esta que, sujeita a ser aplicada unilateralmente, implicará em manter a repressão nas vias humanitárias das convenções, en quanto o terrorismo dos revolucionários vai desenvolvendo perigosamente sua psicose de medo.

Urge, pois, que se disponha, para combater a subversão, para enfrentar a guerra revolucionária, desde o seu período clandestino, de uma legislação adequada. Não se pode manter, em relação ao militante da guerra revolucionária, o respeito das liberdades individuais asseguradas aos demais cidadãos e as medidas de proteção que beneficiam, na ação judiciária, os delinquentes do direito comum.

Com um estudioso da matéria - o Cel Cherasse (8) - podemos dizer que o fundamento da liberdade individual dos cidadãos deve ser concebido não como um fim em si, mas nos limites compatíveis com o "bem comum" do Estado e, no tadamente, com sua defesa.

Antes de passarmos ao item 4 do Sumário, façamos um parêntesis ilustrativo. Pelo que temos dito até agora, podemos resumir que o estudo da guerra revolucionária abrange o estudo de três espécies de ações:

- ações psicológicas;
- ações de terrorismo;
- ações de guerrilha.

Cada capítulo desses daria margem a longas considerações que não estão no nosso roteiro. A título apenas de ilustração, detenhamo-nos um pouco sobre o terrorismo e sobre a ação psicológica nas Forças Armadas.

- O terrorismo não é senão um meio de ação da guerra revolucionária e, talvez, aquêles mais distanciado de conceitos...

rém, o terrorismo - tanto urbano como rural - como uma forma desta guerra. Mas, qual a finalidade principal das ações terroristas? Conquistar a população diretamente, pela intimidação, pelo terror, como quer Delmas e outros autores, ou provocar o desencadeamento de um contra-terrorismo adversário, brutal e indiscriminado, que venha a provocar a reunião da população em torno da idéia - força, convertida, afinal, à causa revolucionária, pela violência, mas pela violência inimiga?

O Ministro Ouro Preto, debatendo conosco a questão, opina pela segunda alternativa. Em nota muito lúcida, que escreveu a respeito, o nosso dedicado Assis-tente do Itamarati assim conclui:

"Tenho a convicção de que o terrorismo, dentro do quadro de uma guerra revolucionária, tem como principal objetivo, o desencadeamento do Contraterrorismo do adversário, cujos excessos, quase sempre inevitáveis, causarão, a prazo mais ou menos longo, uma ruptura irremediável entre as massas apáticas da população e o ocupante ou a classe dirigente que se pretende derubar. Tudo isso naturalmente, sem prejuízo dos objetivos secundários do terrorismo: eliminação de colaboradores perigosos e ativos, pânico entre as fileiras do adversário, desorganização da estrutura social etc. Mas o primeiro dos objetivos citados permanece, sem dúvida, o principal".

Sobre a necessidade de dar-se, nas Forças Armadas, importância adequada ao problema da guerra psicológica, invoque-se o que afirma o Cel Lacheroy, num ensaio de grande valor, sobre a guerra revolucionária:

"Na nossa época e nas guerras revolucionárias não há problemas militares que se apresentem aos chefes, sem incidência civil, sem um aspecto psicológico seja de proteção de nossos amigos, seja de degradação do moral do inimigo e sem...

Há sempre problemas civis, psicológicos, de informações, questões sociais. Deve haver, pois, em consequência, nos escalões mais elevados do comando, um lugar para o que eu chamo - diz o Cel Lacheroy - o "terceiro homem". Tradicionalmente, há, nesses escalões, para auxiliar o chefe a pensar e a decidir, dois subchefes, o subchefe tático, que apresenta os problemas operacionais, e o subchefe logístico, que apóia os problemas operacionais. É preciso, porém, que haja, agora, um terceiro homem no mesmo nível dos outros dois - o subchefe da ação psicológica - para apresentar todos os aspectos humanos da guerra".

4 - ALGUNS CASOS CONCRETOS DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA

4.1 - A Guerra do Viet-Minh (Indochina) (1945-1954)

Dentre todas as guerras revolucionárias recentes, o conflito indo-chinês deve merecer uma atenção particular, pois foi através dele, durante 8 longos anos (45 a 54), que os dirigentes comunistas tiveram ocasião de aplicar, precisar e completar a doutrina da GR, de acordo com os ensinamentos de Lenine e Mo Tsé-Toung.

Em face de tais adversários, o Exército francês sempre se sentiu mal preparado e mal adaptado.

A Guerra da Indochina foi uma GR conduzida por comunistas ortodoxos no quadro da estratégia mundial de subversão conduzida pelo partido. Dessa circunstância - conhecida, mas freqüentemente olvidada - decorreu a unidade sem falhas - unidade de direção e de pensamento, que a caracterizou em todos os escalões...

lhida, dinâmica e que atenda às aspirações do meio.

Na Indochina, o Comunismo adotou o Nacionalismo democrático-popular.

O conflito indo-chinês mostrou ao mundo como em 7 anos um partido de inspiração marxista soube conquistar o apoio do povo, organizar um instrumento de combate e empreender uma guerra total ("tôdas as forças reunidas": povo e Fôrças Armadas").

A GR da Indochina logrou sucesso graças a certas circunstâncias favoráveis (ocupação japonesa, fim da II Guerra Mundial) e uma aplicação metódica dos princípios da GR. Num documento do PCB está dito o seguinte: "Há uma semelhança extraordinária entre a orientação do PCB e a do PC no Vietname".

4.2 - A GR na Grécia (1946-1949)

A insurreição grega de 46-49 é o exemplo mais conhecido de uma GR que terminou por um insucesso, a despeito de uma longa preparação e de um começo em condições mais ou menos auspiciosas.

Logrando inicialmente alcançar um período de êxito, graças a certas circunstâncias favoráveis e à aplicação sistemática dos princípios da GR, a insurreição grega veio finalmente a fracassar, devido aos efeitos conjugados dos auxílios materiais do mundo livre ao governo nacional e da energia do General Papagos que, ascendendo ao Comando em Chefe, numa situação muito comprometida, soube conquistar e galvanizar as populações e, por processos eficazes, construir uma adequada organização territorial e um instrumento de combate de alto valor.

Com a insurreição grega, a URSS visava criar uma confederação balcânica comunista obediente a Moscou, na qual entraria a Grécia, amputada da Macedônia que se

Qual foi a idéia diretriz de Papagos para dominar os inimigos da pátria? Dar ao Exército uma organização adaptada à sua missão, insuflar-lhe alma nova, incutir-lhe fé no cumprimento da missão! Começou por proceder à reforma do recrutamento do pessoal. O Corpo de Oficiais foi depurado dos politicistas e dos incapazes. As unidades de infantaria muito pesadas para a guerra de partisans foram aligeiradas e dotadas de equipamento e de armamento melhor adaptados ao país. Corpos de elite, "grupos de comandos", formados por jovens escolhidos, pelo vigor e pela coragem, foram criados, e suas ações receberam uma publicidade que despertou nos outros corpos um salutar e benéfico espírito de emulação.

Paralelamente ao esforço de reorganização militar, outras numerosas iniciativas visavam o desenvolvimento econômico e à luta contra a miséria.

Com tais medidas os partisans rebeldes foram a final vencidos. Os estudiosos da GR na Grécia apontam três causas principais da derrota comunista:

- 1ª) - a ausência de cristalização do espírito da massa em torno de um ideal comum;
- 2ª) - a organização da clandestinidade carecendo de uma infra-estrutura sólida e de um sistema de hierarquias paralelas aceito pela população;
- 3ª) - a militarização prematura dos bandos de guerrilheiros, acarretando sua sedentarização.

4.3 - A GR no Iran (1945-1946 e 1953)

A GR no Iran foi deflagrada por um Partido Nacionalista da esquerda, o chamado TUDEH, que, em persa, significa Partido das Massas.

- de um lado, à ignorância dos dados fundamentais da GR;
- de outro, à eficaz ajuda dos EUA ao governo nacional.

4.4 - A GR na Tunísia (1934-1954)

A GR na Tunísia foi conduzida durante 20 anos por um Partido Nacionalista de tipo ocidental, - o chamado Partido Liberal Constitucionalista Tunisiano ou Neo-Destour.

Na ação desse Partido - que era, em 1934, um grupo minoritário - encontram-se as características principais das GR: o Neo-Destour soube obter o apoio popular, criar um instrumento de luta e iniciar um período de tumultos, preparatório da "guerra total", engajando todos os elementos tunisinos.

Embora o Partido Liberal tenha se beneficiado do apoio dos PC tunisino e francês, não podemos considerá-lo como agindo em obediência a eles: os dirigentes do Neo-Destour souberam aproveitar as lições dos mestres marxistas, adaptando ao seu combate os princípios da GR.

Encerremos este capítulo - tão abreviado - sobre matéria que comportaria, só ela, todo um ciclo de estudos especiais. Não importa que não se tenham gravado agora nitidamente nos vossos espíritos as particularidades essenciais de cada um desses casos. Mas não de se fixar estas observações (e é tudo que aqui intentamos):

1ª) - Embora a GR seja um modo de combate único, ela apresenta aspectos diferentes para cada país, ou, em outros termos: a cada país corresponde um caso parti-

2ª) - As GR que os comunistas, principalmente na França, ensinaram aos nacionalistas e anticolonialistas a preparar e a empreender, embora visassem, numa primeira etapa, a derrubar o poder da metrópole, tinham também, como objetivo ulterior - numa segunda etapa -, a conquista do poder pelo partido local da extrema esquerda, que sempre chama a si a orientação da luta, tão logo se alcance a independência nacional, ou, em outros termos: a GR nem sempre é conduzida por um partido comunista. E, nem sempre, o primeiro objetivo da GR pode ser a implantação de um governo comunista.

Ao término deste capítulo, façamos outro parêntesis ilustrativo, ou, se preferirem, uma nota de pé de página. Leiamos o trecho abaixo, extraído de uma publicação editada em Recife, em 1958,⁽⁹⁾ com o objetivo de revelar, como diz, "documentos secretos do PCB que chegaram às nossas mãos". Numa das aulas de um certo curso de Capacitação Política, cuja finalidade é formar o grande grupo responsável pelo poder político na República Popular Brasileira, blasonam os nossos comunistas:

"É necessário distinguir duas etapas na luta pela vitória completa na revolução brasileira:

1ª etapa - luta pela vitória da revolução antiimperialista e antifeudal, realizando transformações radicais de cunho democrático, progressista e popular (uma das principais seria a revolução agrária antifeudal), criando, ao mesmo tempo, as condições econômicas e sociais para passagem à 2ª etapa.

(9) - "O PCB - Atividades no Brasil", Recife, 1958.

2ª etapa - luta pela vitória da revolução Socialista: - nesta etapa, o Estado democrático popular deverá exercer as funções de ditadura do proletariado".

É cabe aqui ainda outra referência. Num livro de Luís Carlos Prestes (10), com trabalhos datados de janeiro de 1959, e vendido livremente nesta cidade, está dito o seguinte:

- 1 - A experiência demonstra que as lutas de frente única são o instrumento adequado para alcançar as modificações necessárias na política e na composição do governo, em sentido positivo para o desenvolvimento independente e progressista da nação brasileira (pág. 29).
- 2 - Embora ainda pouco coeso e sem programa definido, o movimento nacionalista constitui uma forma de frente única que já aglutina importantes setores de diferentes classes e camadas sociais, pugnando pelos interesses gerais da nação (pág. 27).
- 3 - Nosso dever primordial de comunista é de participar, com todas as energias, do movimento nacionalista, nêle atuando com espírito unitário e ajudando permanentemente a fortalecê-lo.

Bastam estas transcrições. Compare-se o que aí fica com o que temos dito até agora.

5 - MÉTODO DE RACIOCÍNIO NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

No número especial da RMI (fev-mar 57), o conhecido autor francês que usa o pseudônimo de Ximenes, colocando-se na posição de um chefe revolucionário, analisa o método de raciocínio deste Chefe e os fatores de sua decisão, fatôres humanos mais do que materiais. Partindo de exemplos tomados de Mao Tsé-Tung, o autor deduz as regras de exame de situação, implícita ou explicitamente utilizados pelos Chefes chineses, aquelas regras cujo valor, parece, não se limita à China.

Por mais paradoxal que possa parecer, o certo é que os mestres da GR, campeões do materialismo, têm sabido aprofundar e aplicar um método de raciocínio fundado principalmente na análise dos fatores humanos considerados como primordiais, enquanto os ocidentais - defensores do espiritualismo - continuam a raciocinar em função dos elementos materiais de uma determinada situação.

Viram os legalistas franceses - na Indochina e na Argélia - suas tropas superiores em organização e número revelarem-se impotentes para dominar pela força os tumultos provocados por elementos mais fracos, pelo menos aparentemente. 510

Não se trata, pois, somente, ao estudar o inimigo, de avaliar suas forças aparentes, seu peso e seu volume, mas sobretudo de conhecer "sua" arte de conduzir "sua" guerra e os métodos reais por êle empregados: convém considerar, em suma, não somente a forma, mas o fundo, a essência, a substância, o âmago de seu poderio.

Para isso urge essencialmente conhecer o método de raciocínio utilizado pelo adversário. Numa primeira aproximação, tentemos não traçar um esquema definitivo de tal método e dos fatores de análise que êle abrangge, mas determinar as regras gerais de exame de situação aplicadas pelos chefes revolucionários.

Antes de tomar suas decisões, tanto os chefes militares das guerras clássicas como os das guerras revolucionárias têm de sopesar devidamente os fatores de tais decisões. Mas os métodos para isso empregados divergem uns dos outros: ao de que se trata? de Verdy du Vernois, tão difundido por Foch, corresponde o que fazer?, de Lenine.

Um estudo de situação, geral ou particular, inicial ou de momento, não pode ser empreendido senão em função de critérios nitidamente definidos.

Nenhum teórico até agora condensou, em um capítulo explícito e demonstrativo, o método de estudo de situação aplicável à GR. Não há ainda um quadro, um esquema, tão preciso como o estudo dos fatores da decisão, dos franceses, ou tão metucioso como as estimativas, dos norte-americanos. É preciso, pois, reconstituir tal método, "restituí-lo" a partir de um mosaico: como que re-descobrir as luzes sucessivas que permitem aos chefes Revolucionários determinar, após o estudo de uma situação, a linha de ação a seguir.

MÉTODO DE ANÁLISE DE UMA SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

(3 fatores da situação)

1 - O QUADRO (11)

É o fator o mais geral, o mais estável, - aquele que o Chefe pode apreciar mais objetivamente.

(11) - A publicação de EM de Aranda citada sob número

Mas os revolucionários não se contentam de estudar tal quadro apenas geograficamente (dimensões e características do território, clima, recursos, povoamento).

O que interessa no mais alto grau é o estado da População sob o duplo ponto de vista econômico e social:

- Quais são os índices demográficos?
- Em que se ocupa a população?
- Qual a importância relativa das populações urbana e rural? Suas atividades? Nível de vida? Repartição da renda?
- As "estruturas" econômicas e sociais são estáveis ou em plena evolução?
- Qual o papel das minorias? Quais os pontos fortes e fracos do sistema atual? Há fortes organizações sindicais?

Os dados internacionais suscetíveis de influir sobre a situação são igualmente examinados minuciosamente: Quem pode intervir? Em proveito de quem? Em que condições? Sob que forma (política, econômica, financeira, militar)?

2 - A RELAÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICO-MILITARES

Este fator deve ser encarado, essencialmente, sob o ponto de vista das possibilidades amigas e inimigas em matéria de contrôle da população:

- aparelho administrativo, judiciário, policial, militar, da autoridade constituída;

- sindicatos;
- partido revolucionário; partidos antagonistas; partidos suscetíveis de aliança, de ação comum;
- armamento suscetível de mudar de mão;
- etc.

As possibilidades puramente militares dos meios são aqui secundárias.

O sucesso das armas não tem mesmo interêsse, salvo quando permite manter ou ampliar o contrôlo amigo sobre a população, de enfraquecer ou suprimir o contrôle inimigo.

3 - A VONTADE DE LUTAR (COMBATER)

- É o fator capital! a apreciação da vontade de lutar dos combatentes.

No estudo clássico dos fatores, as fôrças morais não constituem senão um aspecto dos meios. Com efeito, o que é importante para o chefe militar clássico é derrotar as fôrças inimigas organizadas: êle não poderá, pois, cumprir sua missão se seus meios são insuficientes, quaisquer que sejam suas fôrças morais. Já os chefes revolucionários parecem bem avaliar a vontade de lutar (ou os motivos da luta) independente dos meios. Para êles, o que é importante é de beneficiar-se do apoio efetivo da população. As limitações dos seus meios, em particular de seus meios militares, não repercutem imediatamente na atitude da população, sobretudo se ela é controlada por uma infra-estrutura clandestina. Com mais forte razão, quando uma base é criada num meio (ambiente) favorável, quando seus habitantes compartilham (ao preço de um certo número de eliminações) dos motivos de luta dos revolucionários, as forças militares dêstes não são sufici-

De tal forma, na análise de uma situação de GR, os fatos característicos relativos a cada um dos três fatores analisados são classificados nos parágrafos correspondentes. Tais fatos são em seguida interpretados (fatos favoráveis e fatos desfavoráveis), e um balanço geral pode então ser realizada.

Aplicando êste mesmo método de exame à situação da China, em duas épocas - 1931 e 1936 -, e admitindo que tal método pode ser aplicado a qualquer outra situação "explosiva" - Indochina, Grécia etc. -, chega o estudo francês que, neste passo, nos serve de guia, à conclusão de que há um denominador comum a tôdas estas situações.

Dessa forma pode-se determinar certas condições de desencadeamento de uma GR e as condições favoráveis ou desfavoráveis a seu desenvolvimento num dado instante.

Fixando bem que as constantes assinaladas já mais se apresentam sob forma inteiramente idêntica, nem isoladamente, e que, por isso, deve ser evitada a tendência de reduzir tudo a um esquema único, pode-se ao menos tentar esboçar tais constantes no que diz respeito ao quadro (ao teatro, ao palco da G.), à relação das fôrças político-militares, à vontade de lutar. Assim podemos alinhar:

a) - quanto ao quadro:

1º) - as condições puramente geográficas do país ou da região estudada (grande ou pequeno, de clima temperado ou árido, rico ou pobre, superpovoado ou semi-desértico) parecem não ter senão importância secundária;

2º) - um estado de desequilíbrio sociológico parece, ao contrário, desempenhar um papel preponderante, - manifeste-se tal desequilíbrio por um antagonismo de classes de populações, de colonizados contra colo-

to próximo do método clássico seu irmão. Mas isso não ocorre, sobretudo porque, inicialmente, tal balanço é sempre catastrófico para os revolucionários. Uma pergunta paradoxal se impõe logo: Então a arte da guerra revolucionária seria vencer a força pela fraqueza? Não propriamente isso: os revolucionários se recusam a "jogar o jogo", evitando a prova decisiva enquanto não mudam a situação em seu favor. A isso eles chegam, estudando, e, fundo, os fatores suscetíveis de se tornarem favoráveis. Na maioria das vezes é mais importante, para os revolucionários, modificar aqueles fatores, em seu proveito, do que arriscar tudo com os poucos fatores já favoráveis.

Este esforço permanente de transformação é que dá à GR este ritmo proclamado por todos os estudiosos como extraordinariamente lento, até que o balanço se torne incontestavelmente positivo: só então a conduta da guerra se acelera e se torna fulminante.

Em suma, portanto, dois pontos a notar:

- na GR, o exame global das situações é, por assim dizer, permanente;

- o ritmo da GR, de início, é extremamente lento.

6 - A AÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

Os autores franceses, em regra, fazem distinção entre parada e resposta (entre defesa e combate), quando estudam a ação contra-revolucionária. Parada, quando se antepõe ao período pré-revolucionário, ao período preparatório da GR; resposta (ou combate), quando se trata de reprimir a ação revolucionária propriamente dita.

Para uma ação eficaz contra a GR, é necessário, antes de tudo, que se estude a fundo tal forma de guerra.

Tal como para as formas da guerra clássica - convencional ou nuclear -, verifica-se, à luz dos exemplos de GR, passados e de nossos dias, que o período dos "preparativos" é capital para o bom êxito da fase da violência.

Ademais, a experiência tem demonstrado que, em certos países, as minorias revolucionárias têm logrado conquistar o poder sem ter necessidade de chegar à fase da violência: após o período preparatório atinge o país um tal grau de desagregação, que o poder pode passar às mãos dos revolucionários por meios legais: foi o caso da Espanha, em 1936, e de certos países da Europa Central, entre 1944 e 1948.

Em linhas muito gerais pode-se desde logo esquematizar assim a ação contra-revolucionária:

1) - no período pré-revolucionário, os elementos de uma ação eficaz - de uma parada, segundo os que traduzem o francês literalmente - baseiam-se

- numa intensa ação psicológica;

- na organização da defesa em superfície, - na defesa interna territorial, digamos.

2) - no período revolucionário propriamente dito, a eficácia da ação - da resposta, como dizem os autores franceses, numa intencional distinção - só pode ser obtida pela mobilização física e moral da população.

3) - nos dois períodos, só através de uma ação coordenada e enérgica, dos três Poderes do Estado - executivo, legislativo e judiciário -, poder-se-á obter o êxito da parada, a princípio, da resposta, a seguir.

Antes de esmiuçarmos um pouco mais as condições necessárias à ação contra-revolucionária, eficaç

ci1. 1º) - o regime democrático característico do mundo livre, e tão prezado por todos nós, não favorece - pelo abuso de liberdades que, via de regra, propicia ao adversário - nem a parada preventiva, nem a resposta enérgica.

2º) - as forças armadas regulares, organizadas, essencialmente, em função das servidões da guerra clássica contra um inimigo exterior, e só chamadas a intervir na GR após o irrompimento da violência, enfrentam sérias dificuldades para adaptar, em curto prazo, sua organização para a luta contra o terrorismo urbano e os bandos armados de guerrilheiros nos campos.

Tais circunstâncias desfavoráveis não significam, porém - é óbvio -, que a GR seja sempre vitoriosa, e que a procura de uma parada e de uma resposta eficazes pertença ao reino da utopia. Os êxitos da ação contra-revolucionária na Grécia, na Coreia do Sul, no Cambodge, na Malásia, nas Filipinas demonstram, felizmente, que é possível opor-se de maneira eficaz à GR.

A Parada

O período preparatório da GR - não violento geralmente - é, como se viu, caracterizado pelas atividades da organização revolucionária:

- de um lado, a organização da massa: a implantação da infra-estrutura revolucionária;
- de outro, o estabelecimento de campanhas de ação psicológica visando solapar o regime, de fundir a ideologia, criar um ambiente favorável.

Em tais condições, neste período, a autoridade legal se encontra diante do problema da manutenção, na

Para isso urge - nunca será demais repetir - uma ação de conjunto em todos os campos - político, econômico, psico-social e militar -, visando manter a confiança da massa, no Estado, através de uma administração enérgica e eficiente e de uma vigorosa ação psicológica.

Reveste-se de duplo aspecto a ação contra-revolucionária no período preparatório:

- defensivo: ação de informação visando desmascarar o mecanismo revolucionário, - prevenindo o povo contra a infiltração do adversário e o pondo a par de suas técnicas subversivas;
- ofensivo: ação de formação dos cidadãos, principalmente dos jovens - os estudantes, que, pelo seu caráter ainda maleável, são explorados a fundo pelos revolucionários e se tornam seus militantes mais ativos -, fortalecendo seu sentimento cívico, assim reagrupando a opinião pública em torno do regime estabelecido.

A Resposta

A história das GR mostra que as organizações revolucionárias - sobretudo nos países desenvolvidos - não têm a paciência de aguardar que o poder lhe chegue às mãos, pacificamente. Em regra, após um período preparatório mais ou menos longo - em alguns casos muito curto, o que explica certas tentativas frustradas (Tunísia em 38, Argélia em 45, Madagáscar em 47) -, quando julgam que é chegado o momento favorável, os partidos nacionalistas fazem desencadear a fase revolucionária propriamente dita.

ções e da organização da defesa interna do território.

Tais instrumentos devem possibilitar, no momento justo, a resposta imediata que visará engajar a luta sobre o meio imposto pelo adversário, vale dizer a população, que deve ser mobilizada física e moralmente pelo governo estabelecido.

O serviço de informações deve ser centralizado na direção e na exploração mas bastante ramificado para a busca de (indícios) informes. Tal organismo deve garantir ao governo os prazos mínimos necessários ao funcionamento de seu sistema de defesa, dando-lhe, com oportunidade, informações sobre os preparativos do adversário e sobre o momento escolhido para o irrompimento da insurreiçãõ.

O sistema de defesa interior do território é o principal meio de resposta contra a insurreiçãõ. Instrumento muito complexo, êle deve ser cuidadosamente organizado, permitindo a realização instantânea de um comando político-militar nacional e regional incumbido de conduzir a luta em todos os planos, seja a descentralização automática dos poderes civis e militares, a fim de que a luta seja possível mesmo no caso de isolamento de uma região.

Definir judiciosamente o papel das Forças Armadas, na ação contra-revolucionária - ao lado dos outros organismos do Estado - tanto nas atividades preliminares como no período da violência - é problema que ainda desafia até mesmo os próprios países, como a França, que já viveram guerras revolucionárias.

Evidentemente, não está ao nosso alcance definir aqui êste papel, que um dos mais autorizados estudiosos da matéria resume como devendo ser o de um fator de organização das populações.

Para ressaltar a complexidade desta questão, seja-nos lícito deixar, aqui, algumas interrogações, em lugar de afirmativas:

1ª) - Na GR devem ou não as FA desempenhar um papel desde o período preparatório? Quais as formas de que eventualmente se revestiria esta ação? Tal ação seria possível no quadro legal atual, com a organização e os meios clássicos? ou seriam necessárias reestruturacões e adaptações, tanto políticas como militares? *

2ª) - Como as FA poderiam agir, rápida e eficazmente, na fase da violência da GR, e quais as dificuldades que as FA devem prever para melhor vencê-las:

- no momento mesmo do ataque inesperado;
- contra a guerrilha e, de um modo geral, contra a "guerra em superfície";
- quando esta guerra em superfície, sobre as Retaguardas, é conjugada com a ameaça exterior.

Para encerrar êste capítulo convém resumir o que escreveu o General P. Stehlin sobre a defesa interna no quadro geral de um sistema moderno de defesa (ver Quadro 5).

Analisando as diferentes formas que podem tomar a ameaça da agressão externa e o perigo da subversão interna, no quadro da estratégia atual da União Soviética, pode-se admitir que um sistema moderno de defesa eficaz deve, esquematicamente, teoricamente, compreender:

1 - o poder de dissuasão ⁽¹³⁾ contra o ataque nuclear (poder próprio ou em aliança), compreendendo for

(13) - A expressão "Poder de dissuasão" refere-se à capacidade de impedir um ataque nuclear através da ameaça de uma resposta nuclear.

ças aéreas, forças navais e engenhos intercontinentais.

Na falta de um desarmamento universal, real e controlado, o poder de dissuasão é para o Estado a evidência material e efetiva de sua vontade de defesa, a afirmação de sua soberania, o instrumento de sua garantia contra o aniquilamento.

2 - a defesa aérea (complemento moral do poder de dissuasão) constituída:

- de uma parte, por meios ativos, aviões e engenhos, que se revelarem eficazes contra os veículos aéreos ofensivos do inimigo, e,
- de outra parte, mais importante, por meios de alerta em "radars" e da defesa passiva para a proteção civil e militar.

A defesa aérea do território pode contribuir para aumentar o valor do poder de dissuasão. Na atualidade, porém, os meios ativos disponíveis neste domínio, mesmo os mais modernos, têm um rendimento muito fraco contra o ataque. Urge, pois, fazer um esforço considerável no atinente à proteção civil, complemento indispensável de uma força de dissuasão que se tornará menos persuasiva se for dirigida contra um território inimigo cujas populações estejam protegidas, enquanto as populações amigas estejam expostas à destruição irremediável.

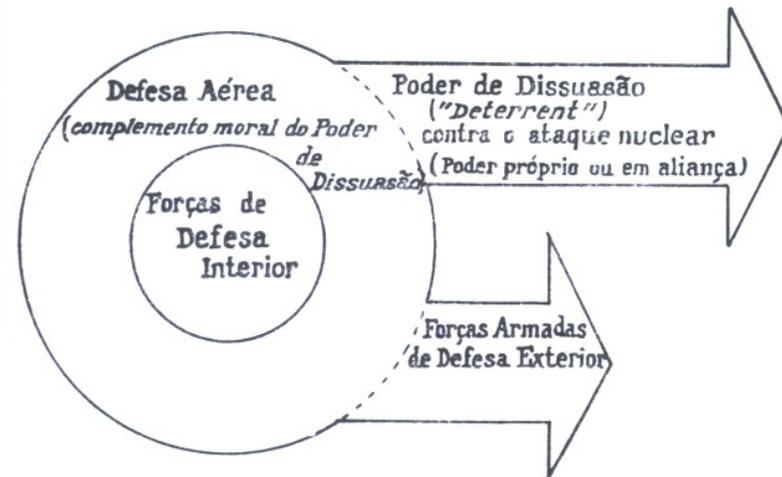
3 - forças armadas de defesa exterior, adaptadas ao emprego de armas atômicas táticas (ou seja, armas atômicas empregadas apenas no campo de batalha e contra as retaguardas imediatas do adversário) destinadas à defesa direta do território contra a invasão e o domínio

C-85-59

Quadro 5

Organização de um sistema de defesa moderna

(Esquema)



- forças aéreas-táticas;
- engenhos-dirigidos;
- forças navais de apoio tático para proteção dos flancos marítimos dos teatros de operações.

ci 7. /
Estabelecido o equilíbrio nuclear entre as duas grandes potências do mundo atual, parece lógico admitir-se que enquanto durar este equilíbrio nenhum dos dois adversários recorrerá à guerra nuclear total. Daí a necessidade de se disporem de forças armadas capazes de enfrentar ameaças locais e conflitos sobre fronteiras nacionais ou aliadas, e impedir a conquista ou subjugação de nações em guerras limitadas.

A estratégia nuclear assim não suprimiu a necessidade de manutenção de forças armadas, embora sua organização deva ser profundamente revista para se adaptar ao emprego das armas novas e à exploração de seus efeitos.

Tais forças, privadas de seu armamento atômico, poderiam igualmente ser convocadas para reforçar os dispositivos militares de segurança interna.

4 - forças de defesa interior destinadas a combater o perigo da subversão e da infiltração inimiga, compreendendo, sobretudo:

- formações terrestres especialmente adestradas, adaptadas à administração regional e local apoiadas por
- uma aviação de vigilância do território e de apoio tático;

* Ao contrário do poder de dissuasão, da defesa aérea e das fôrças armadas de defesa exterior que devem funcionar sob uma centralização rigorosa de comando, a execução da defesa interior do território deverá ser largamente descentralizada, embora deva haver uma autoridade superior responsável, incumbida de tôdas as questões de recrutamento, instrução, adestramento e suprimento em equipamentos e armamentos bem como da coordenação operacional que fôr necessária.

A organização dessa defesa interna sólida ultrapassa o quadro restrito das fôrças armadas, porque é todo o país que deve participar na sua defesa interna, em tempo de paz ou em tempo de guerra. É, aliás, nesta defesa interna que repousa a verdadeira segurança do Estado, ameaçada pela estratégia moderna soviética.

Embora seja difícil discernir - mesmo depois de um exame aprofundado dos fatores políticos, psicológicos e morais deste problema - qual deva ser a parte da contribuição das Fôrças Armadas na defesa interna e sob que forma elas devem contribuir, parece indicado que se dispôssa de:

* - uma organização militar de apoio à administração civil com uma organização territorial de comando levada até às menores circunscrições administrativas e

- formações militares, numerosas e especializadas, aptas às diversas missões da defesa interna.

A organização da defesa interna em tais moldes não implicará numa reforma radical das instituições militares atuais. Ela exigiria, apenas, em síntese:

- um recrutamento apropriado, e
- modificações na instrução militar, na duração do serviço e no adestramento ulterior das reservas.

7 - CONCLUSÕES

Algumas observações, explícita ou implicitamente já feitas no decurso desta palestra, desejamos aqui repetir à guisa de conclusões.

1 - Na GR, as populações representam, a um tempo:

- o meio em que se trava a luta;
- o objetivo dos dois adversários;
- um dos principais meios de ação.

Mao Tsé-Tung, em trabalho datado de 1934, já dizia: "A GR é a guerra das massas populares; não se poderá fazê-la senão mobilizando as massas populares, apoiando-se nelas."

2 - Foi na China que a GR encontrou sua aplicação mais completa (Ximenes - RMI - fev/mar 57).

3 - Nas GR do nosso tempo - mais do que em qualquer outra época e mais do que em qualquer outra forma de conflito - os valores humanos se revelam preponde-

4 - A GR é, antes de tudo, ideológica. Ela exclui, salvo caso de extrema necessidade, a guerra militar clássica - atômica ou não - como fator principal da decisão, e reconhece a luta psicológica como modo de ação essencial e permanente.

5 - As contradições internas dos meios sociais são a origem de tôdas as guerras revolucionárias.

6 - Nas GR importa essencialmente distinguir o período pré-revolucionário do período revolucionário propriamente dito.

7 - A GR apresenta aspectos diferentes em cada meio.

8 - O ritmo da GR inicialmente é extremamente lento.

9 - A ação contra-revolucionária só será eficaz através de uma ação conjunta - coordenada e enérgica - dos três Podêres do Estado.

10 - O papel preciso das FA na ação contra-revolucionária, principalmente no período pré-revolucionário, é problema que ainda desafia os estudiosos da matéria.

11 - Ao estudo da GR, muito mais que ao da chamada guerra nuclear total, mormente nos países subdesenvolvidos, deve ser dada a máxima importância.

12 - Pode-se considerar já existente no Brasil o estado pré-revolucionário.

13 - Entre as medidas a adotar, desde já, entre nós, para enfrentar cabalmente a guerra revolucionária, podem ser enumeradas as seguintes:

- organização da ação psicológica - contra propaganda ideológica - aproveitando tô

- dotar o país de uma legislação adequada, que permita o eficiente combate à subversão, sobretudo nas primeiras fases;
- organizar um sistema de defesa interior do Território;
- organizar unidades das FA especialmente a-
destradas na luta anti-revolucionária.

-
-

A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Bibliografia básica compulsada (1)

1 - Contribution a une etude sur la guerre insurrectionnelle - Ecole Supérieure de Guerre - Paris - França. 69^o Promotion - Anos 1955-1956. Sob o mesmo título há os relatórios de duas das chamadas "Grandes Commissions Techniques", a 9^a e a 10^a, com os seguintes sumários:

9^a Comissão (Maj Gallais)

- Preâmbulo

- 1^a Parte - Os movimentos insurrecionais através da História (O Passado Pré-Comunista).

- 2^a Parte - A guerra insurrecional a partir de 1917.

- 3^a Parte - O caso concreto indo-chinês.

- 4^a Parte - A França em face da guerra insurrecional.

- Conclusões Gerais.

- Bibliografia .

- 11 Anexos.

10ª Comissão (Maj Gaucher)

- Prefácio
- Generalidades sobre a guerra insurrecional.
- 1ª Parte - A agressão na guerra insurrecional.
- 2ª Parte - As contramedidas históricas na guerra insurrecional.
- 3ª Parte - Sugestões para a conduta da guerra contra-insurrecional.
- Conclusões.
- Anexo: - A insurreição espanhola de 1936.
- Bibliografia.

2 - Mao Tsé-Tung - Les Problemes Strategiques de la Guerre Revolutionnaire en Chine. Editions en langues etrangeres - Pekin 1957. É um trabalho escrito em 1936, abrangendo o seguinte sumário:

- Capítulo 1º - Como estudar a Guerra
- Capítulo 2º - O P.C. chinês e a Guerra Revolucionária na China.
- Capítulo 3º - As particularidades da GR na China.
- Capítulo 4º - As "campanhas de envolvimento e de aniquilamento" e as "contra-campanhas", - formas essenciais da Guerra Civil na China.

3 - J. Hogard - Guerre Revolutionnaire et Pacification - in "Revue Militaire d'Information" (RMI) de jan-57, nº 280. É um estudo considerado pela própria RMI como contendo, embora muito esquematizado, a maior parte dos dados do problema da GR que seria desenvolvido no número seguinte da revista.

4 - "Revue Militaire d'Information" nº 281 - fevereiro e março de 1957. Número especial dedicado à Guerra Revolucionária, obedecendo ao seguinte sumário:

- Advertência - Cel Lacheroy.
- 1ª Parte - A Guerra Revolucionária e seus dados fundamentais - Ximenes (2) (3).
- 2ª Parte - Casos concretos de GR:
 - A Guerra do Viet-Minh - por um Grupo de Oficiais.
 - A Insurreição comunista na Grécia - Cap Labignette.
 - O "Tudeh" iraniano - H. Carrere d'Encausse.
 - A Revolução tunisiana - Cap A. Souyris.

(2) - Este estudo foi traduzido e publicado no Mensário de Cultura Militar do EM do Exército, nº 102 e 103, de jan/fev de 1959, sob o título "Ensaio sobre a Guerra Revolucionária".

(3) - Os estudos assim assinalados foram traduzidos e publicados pelo Estado-Maior da Armada no volume intitulado "Alguns Estudos sobre a Guerra Revolucionária", Rio - 1958. (!)

- 3ª Parte - O raciocínio do Chefe Revolucionário - Ximenes (3).
- 4ª Parte - As condições da "parada" e da "resposta" à GR - Cap. A. Souyris (3).
- Bibliografia.

5 - René Grandchamp - L'ombre de Moscou sur la Hongrie in "Revue Militaire d'Information", nº 285, julho de 1957 (3).

6 - Lucien Poirier - Un instrument de Guerre Revolutionnaire: Le FLN. in "Revue Militaire d'Information", nº 289 e 290, dezembro de 1957 e janeiro de 1958.

7 - J. Hogard - Tactique et Strategie dans la guerre revolutionnaire in "Revue Militaire d'Information", nº 295, junho de 1958. Estudando os combates da Argélia, o autor apresenta os métodos a empregar na luta então engajada contra a FLN (Frente de Libertação Nacional).

8 - Contre-Révolution. Stratégie e Tactique. Volume nº 2, sem indicação de autoria, da Coleção "Révolution et Contre-Révolution" das "Éditions Françaises et Internationales" - Paris, 1958 (4). O Sumário deste livro é o seguinte:

- Advertência.
- Prefácio.
- A guerra revolucionária.

(4) - O volume nº 1 dessa Coleção, devido a Robert Fertal tem o título "Le Manifeste de La Contre Revolution, française. Tal volume não foi consultado

- A ação contra-revolucionária (CR)
- Guerra de Libertação Nacional, Guerra Popular Total.
- A Ofensiva na ação CR.
- Condições especiais da ofensiva CR.
- Defensiva e ofensiva na ação CR.
- Os aspectos operacionais da CR.
- As leis da crítica e da análise histórica da CR.
- Análise da situação na França.
- Análise de uma situação global (Quadro).
- Anexo: Um caso concreto de GR.

9 - Coronel Ch. Lacheroy - La Guerre Révolutionnaire. Estudo incluído no volume La Defense Nationale, publicado pela "Bibliothèque des Centres d'Études Supérieures Spécialisés" das "Presses Universitaires de France", Paris, 1958. (O autor, reputado especialista na matéria, figura no volume como Chefe do Serviço de Ação Psicológica e de Informação da Defesa Nacional e das Forças Armadas).

10 - J. Hogard - Cette guerre de notre temps - in "Revue de Defense Nationale", agosto-setembro de 1958.

11 - Coronel Gabriel Bonnet - Les Guerres Insurrectionnelles et Révolutionnaires (de l'antiquité a nos jours) - Payot, Paris, 1958. Este livro segue o seguinte sumário:

- Prefácio.

- 1ª Parte - As Constantes Insurrecionais.

Cap. 1º - As causas insurrecionais e o catalisador.

Cap. 2º - As formas, a força e as fraquezas da insurreição e da contra-insurreição.

Cap. 3º - A guerra de partisans e a guerra revolucionária.

- 2ª Parte - As Guerras Insurrecionais da Antiguidade.

Cap. 1º - O Oriente: da China à Grécia.

Cap. 2º - Roma (As guerras civis e as guerras de libertação).

- 3ª Parte - A Guerra da Independência Americana.

- 4ª Parte - A Insurreição da Vendéia e a "Chouannerie".

- 5ª Parte - O marxismo-leninismo.

Cap. 1º - O marxismo.

Cap. 2º - Lenine, Trotsky e a estratégia da revolta. A revolução de outubro.

Cap. 3º - O período estaliniano.

- 6ª Parte - As experiências da Iugoslávia e da Grécia.

- 7ª Parte - Mao Tsé-Toung e a experiência chinesa.

Cap. 1º - Mao Tsé-Toung: o homem e o chefe.

Cap. 2º - Mao Tsé-Toung: o estrategista.

Cap. 3º - Comando, organização e tática de "partisans"

Cap. 4º - As transformações do Exército Revolucionário Chinês.

- 8ª Parte - O drama indo-chinês.

Cap. 1º - O Viet-Minh.

Cap. 2º - O Corpo Expedicionário.

Cap. 3º - O desfêcho.

- 9ª Parte - O drama argeliano.

Cap. 1º - As origens da rebelião.

Cap. 2º - A organização rebelde.

Cap. 3º - As Forças Francesas.

- Conclusão.

- Bibliografia.

12 - Coronel Louis Bertell - De Clausewitz a la Guerre Froide, Paris, 1958. Neste livro há um capítulo intitulado "A guerra psicológica e revolucionária" (pág.257).

* 13 - Pierre Fouzevrollas - En lisant Mao Tsé-

14 - R. Cailloux - Les Problemes de la Guerre Moderne, na revista francesa Défense de l'Occident, nº 56-57, novembro-dezembro de 1958, número especial consagrado ao Exército Francês (pág. 35).

15 - Estado-Maior da Armada - Alguns estudos sobre a Guerra Revolucionária, Rio-1958 (Distribuição interna). Além da tradução de quatro estudos publicados nos números 281 e 285 da "Revue Militaire d'Information" (Ver referência nº 3), inclui este volume ainda a tradução do artigo do General L-M. Chassin, A Técnica da Insurreição, divulgada na "Revue de Defense Nationale", de maio de 1957.

16 - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Relatório do Seminário de Guerra Moderna, Rio, 1958 (Reservado). Onze dos doze Grupos de Estudos constituídos por oficiais instrutores da ECEME manifestaram-se no sentido da inclusão, no currículo escolar, dos assuntos relativos à guerra insurrecional.

Aqui se transcrevem as conclusões em tal sentido de dois desses Grupos de Estudos (GE):

- GE nº 3 - "Impõe-se, também, o estudo da "Guerra insurrecional", de modo a nos tornarmos aptos a enfrentar esse novo tipo de operação, inclusive no seu planejamento de tempo de paz."
- GE nº 4 - "Deve ser estudada a guerra "tipo insurrecional", pelas suas características peculiares e possibilidades de surgimento em nosso território. Caberá encarar, com realismo, a nossa atual organização militar, para levar a termo tais operações."

17 - Pierre Debray - La Troisième Guerre Mondiale - Presses Continentales - Les Documents Français, 1958. Abrange o seguinte sumário:

- 1ª Parte - As condições gerais da guerra absoluta.
- 2ª Parte - As condições particulares do conflito da Argélia.
- 3ª Parte - As condições de uma contra-ofensiva vitoriosa.

18 - Renaud - Joseph de Pesquidoux - Guerre Révolutionnaire et lutte anti-religieuse, in "Revue Militaire d'Information", nº 301, Janeiro de 1959.

19 - G. Alexinsky - Genese de la doctrine soviétique de "Guerre Révolutionnaire", in "Revue Militaire d'Information", nº 303, março de 1959.

20 - Claude Delmas - La Guerre Révolutionnaire - Volume nº 826, da Coleção "Que sais-je?", Paris, 1959. Segue este livro o seguinte sumário:

- Introdução.
- Capítulo 1º - Das guerras de religião à guerra revolucionária.
- Capítulo 2º - Alguns casos concretos.
- Capítulo 3º - Do filósofo ao terrorista.
- Capítulo 4º - A ideologia e a ação.
- Conclusão - O Ocidente diante da guerra revolucionária.
- Bibliografia Sumária.

21 - Military Review (Edição Brasileira) Principais artigos relativos à Guerra Revolucionária, publicados nas edições de janeiro de 1958 a fevereiro de 1959:

a) - Mao Tsé-Tung Guerrilheiro: Nova Apreciação - W.D. Jacobs (fev. 58).

b) - A Guerrilha - Ten Cel do Exército Grego Anastase Balcos (mar 58).

c) - A Guerra Irregular e os Soviéticos - W.D. Jacobs (mai 58).

d) - A Guerra contra os Partisans - Transcrição resumida de um artigo de publicação suíça (jan 58).

e) - O Reaparecimento do Leninismo na Doutrina Militar Soviética - W.D. Jacobs (jul 58).

f) - O Meio de Intimidação Esquecido - Cel R. W. Van de Velde (ago 58).

g) - Os Problemas das Operações de Guerra Fria - Resumo de um artigo do Cap T. Leaske, publicado na Grã-Bretanha (dez 58).

h) - A Guerra de Partisans - Tradução de um capítulo de um livro soviético (jan 59).

i) - O Terrorismo Urbano - Tradução resumida de um artigo do Coronel De Rocquigny, publicado no número de fevereiro de 1958 da "Revue Militaire d'Information" (fev 59).